

Como Tancredo Neves via a dívida externa

O GLOBO

CARLOS TAVARES DE OLIVEIRA

15 ABR 1987

"Tenho manifestado de maneira inequívoca que sou contrário à moratória unilateral". Com esta enfática frase o Presidente Tancredo Neves começou a responder pergunta sobre a dívida externa, durante a primeira entrevista coletiva à imprensa, realizada a 17 de fevereiro de 1985, em Brasília. No momento em que, já decretada a moratória, a questão da dívida externa e seus múltiplos desdobramentos crescem de importância, tornando-se prioridade nacional, é oportuno conhecer o pensamento do ilustre brasileiro a respeito do assunto.

Nessa mesma entrevista, Tancredo advertiu: "Temos de assegurar um mínimo de estabilidade econômica para que o País possa alcançar o seu desenvolvimento. Se suspendermos os pagamentos aos credores estaremos criando condições econômicas das mais graves, pois ficaremos sujeitos inclusive a medidas vexatórias, ao seqüestro, à penhora dos nossos bens existentes no exterior". E, repetindo a frase inicial, afirmou: "Não me animo a participar da tese da moratória unilateral, nem vejo necessidade dela. O que precisamos é pagar o que devemos: é um compromisso de honra da Nação".

Hábil político mineiro, o saudoso Presidente sempre foi partidário de negociar e conversar, em qualquer circunstância, para superar obstáculos. Ainda nessa primeira coletiva, sobre o tratamento a ser dado à dívida externa, havia estabelecido: "Devemos promover sempre a negociação. E na base do entendimento que poderemos realmente vencer dificuldades; jamais com medidas drásticas e contundentes". A seguir, sentenciou: "Devemos aos nossos credores dinheiro e dinheiro se paga com dinheiro".

Mais tarde, a 1 de fevereiro, em Washington, falando no **National Press Club**, Tancredo assinalou: "O Brasil não nega o pagamento de suas dívidas, quer pagar e não permitirá que jamais seja levado a uma posição de ruptura do sistema monetário internacional". Acrescentando: "Estamos convencidos de que a maior e mais importante decisão do governo brasileiro, em matéria de endividamento, é cumprir honradamente os nossos compromissos". Para completar, com firmeza: "Somos uma nação perfeitamente viável e a nossa potencialidade é inesgotável".

Preocupado em conciliar o controle

da inflação com o desenvolvimento econômico, o Presidente-eleito era contrário a novos empréstimos externos. Nessa entrevista na capital americana, ao dizer que as dívidas inflacionam o País, concluiu: "Temos, por conseguinte, que conter o nosso endividamento".

Com sua larga experiência internacional, Tancredo era plenamente consciente de que a solução do problema da dívida externa brasileira dependia de dois pontos básicos, de certa forma interdependentes: renegociação e exportação. Nessa conferência em Washington foi incisivo ao interligar esses pontos: "Para pagamento da dívida há que renegociá-la dentro dos padrões do relacionamento e da convivência internacional. E temos, em primeiro lugar, que realizar saldos". Tornando mais explícito o seu raciocínio, arrematou: "Saldos realizamos trabalhando e exportando". Na mesma ocasião, já na ante-sala da Casa Branca, prestes a falar com o Presidente Reagan, ao explicar como reativar a economia sem ativar a inflação, declinou a existência de setores que poderiam aumentar suas respectivas exportações, como o de calçados, têxteis, siderúrgico, além do agrícola. Procurando demonstrar que os empréstimos internacionais haviam ajudado o Brasil a se desenvolver e figurar entre as dez principais economias mundiais, Tancredo elogiou as obras realizadas com esses créditos, tais como as hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí, assim como a construção dos novos portos, aeroportos e dos metrô do Rio e São Paulo, entre outras.

Tinha inteira razão o lúcido ex-Presidente ao achar que, se o Brasil tomou o dinheiro para se desenvolver, deveria honrar os compromissos assumidos. Ainda que se deplore a discutível aplicação de alguns desses empréstimos, as leoninas condições de outros e, sobretudo, as execráveis comissões que a quase todos oneraram. Lamentavelmente, a Nova República não tem levado em conta a sábia e cristalina diretriz traçada pelo seu insigne patrono. Além de novos vexames, as inevitáveis retaliações financeiras, ostensivas e veladas, decorrentes da moratória, já prejudicam bastante as operações brasileiras de comércio exterior, sobretudo as exportações.

Carlos Tavares de Oliveira é consultor de Comércio Exterior da Confederação Nacional do Comércio